

Bairro em transformação

GABRIEL SANTOS



Investimentos consolidam São Cristóvão como o “novo Centro” de Lajeado

Lançamento de nova torre residencial reforça condição do bairro São Cristóvão como um polo urbano em expansão na cidade mais populosa do Vale do Taquari. Edifício se soma a outros investimentos que aceleram a transformação da localidade na última década, como as sedes

administrativas de duas cooperativas regionais, prédios comerciais e espaços de convívio e lazer. Em paralelo, trânsito intenso nas principais vias pressiona a mobilidade urbana e exige resposta do Poder Público, com ações já em andamento e outras próximas de sair do papel.

PÁGINAS | 10 e 11

PENSAR MULHER

DOR VIRA ALERTA

Ampliar a prevenção e a responsabilidade de toda a sociedade para estancar a chaga da violência contra a mulher. Fórum Pensar Mulher expande conhecimento sobre rede de amparo e segurança para que histórias como a de Neusa Nunes sejam reescritas.



Eu prometi para mim mesma: nunca mais ninguém vai me bater. Passei anos apanhando, agora estou aqui para dizer que é possível recomeçar.”

NEUSA NUNES
AGENTE DE SAÚDE

PÁGINAS | 6, 7 e 8



OPINIÃO
RODRIGO MARTINI

Operação Lamaçal e as incertezas



OPINIÃO
VINI BILHAR

Cacis e a relação com os associados

feirão

TROCA FÁCIL

A hora certa de trocar seu carro é agora!

12 a 14 de março

☎ 51 98956-4858

CADERNOS ESPECIAIS



NESTA EDIÇÃO



Invista no Sicredi e apoie uma entidade da sua comunidade.

Fale com seu gerente ou chame no WhatsApp 51 3358.4770



Opiniãoanálise



EMPREENHIMENTOS



IMÓVEL É
MOEDA FORTE



rodrigomartini@grupoahora.net.br
RODRIGO MARTINI

COMO
se apaixonar
POR LAJEADO?

PEDE
PRA
PEDÓ

Paixão por Lajeado e por Imóveis. PEDÓ IMÓVEIS

FALE CONOSCO



PEDOIMOVEIS.COM.BR

OPERAÇÃO LAMAÇAL

O que ainda estaria por vir em Lajeado?

A 2ª fase da Operação Lamaçal, e também foi assim na primeira, deixou poucas certezas e muitas dúvidas acerca do que de fato ocorreu nos últimos contratos firmados pelo ex-prefeito de Lajeado, Marcelo Caumo (à época no PP, e hoje no União Brasil). Os indícios levantados pela Polícia Federal apontam para direcionamento de licitação, sobrepreço em contratos, enriquecimento ilícito e uso político de empresas terceirizadas. E as prováveis denúncias recaem quase todas sobre a relação do Executivo – e alguns agentes públicos e privados – com a Arki Serviços, que mantém contratos ininterruptos com o governo municipal desde o longínquo ano de 2009. De novo: a 1ª e 2ª fase trouxeram mais dúvidas do que certezas. E isso é absolutamente normal nesta fase de inquérito policial. Afinal, é preciso dar o devido tempo e consideração às



explicações e argumentos para só então uma eventual denúncia – e o posterior julgamento – esclarecer à população em geral se de fato existe algum crime em tudo que foi apontado e publicizado nos últimos meses. No entanto, e talvez muito além de buscar esclarecimentos acerca das dúvidas já compartilhadas, é fato notório que muitos estão mais preocupados com a possível 3ª fase da Operação Lamaçal, recheada de informações recolhidas nas apreensões realizadas na barulhenta e recente 2ª fase. Aguardemos!

CASA DE PASSAGEM

Ambat, Amat e Amsol precisam atuar na luta contra a violência

“Tenho oito filhos. Todos foram por estupro. Nenhum posso dizer que gerei com amor. Gerei com dor, e muita dor. Meu companheiro me espancava. Surgiu a Casa de Passagem depois de uma noite em que apanhei muito. Eu cheguei, e me acolheram muito bem. Virei uma mulher determinada. Hoje sou a Neusa, agente de saúde, técnica em enfermagem e acadêmica do último semestre do curso de Serviço Social.” A fala de Neusa Nunes, retratada com a devida sensibilidade e respeito na reportagem assinada pelo competente colega Filipe Faleiro, é um verdadeiro



soco no estômago. Chocou a todos que estavam presentes no Fórum Pensar Mulher: Todos contra a Violência, realizado pelo Grupo A Hora na quinta-feira, no Labilá, em Lajeado. Uma fala que precisa ecoar nos gabinetes e corredores de todas as prefeituras

da nossa região, onde ainda predomina o comando por parte dos homens. Precisa ecoar porque a Casa de Passagem, citada com emoção pela primeira mulher a ser acolhida pela entidade voluntária criada em 1998, ainda não conta com apoio integral dos governos municipais. Neste momento, e mesmo com quase três décadas de atuação, o espaço criado para acolher mulheres vítimas de violência doméstica só possui apoio financeiro de 17 cidades do Vale. É menos da metade dos municípios representados pela Ambat, Amat e Amsol.

TIRO CURTO

- Na terça-feira, em Estrela, o ex-prefeito Elmar Schneider e o ex-vice-prefeito Valdir Griebeler almoçaram juntos em um restaurante no centro da cidade. Eles foram adversários no pleito de 2020.
- O governo de Venâncio Aires entregou dossiê ao Ministério Público com informações e queixas relacionadas ao serviço da Corsan/Aegea. O movimento ocorre menos de três anos após a assinatura do aditivo contratual entre o município e a concessionária, que renovou o acordo até 2062.
- Ainda a “Capital do Chimarrão”, o governo anunciou que vai assumir a gestão do Hospital São Sebastião Mártir, e a coordenação será do vereador licenciado e atual Secretário de Governança e Gestão, Tiago Quintana, um dos mais cotados para concorrer a sucessor do prefeito Jarbas da Rosa.
- O governo de Santa Clara do Sul informa que o processo licitatório para a compra de novas lâmpadas à iluminação pública deve ser concluído na próxima semana. Com isso, o Executivo pretende melhorar as condições do Parque Linear, onde 10 das 38 lâmpadas estão “queimadas”.
- Muitos problemas e incongruências orçamentárias visualizadas em contratos públicos costumam respingar, também, nas contas de campanha dos partidos e/ou coligações. Portanto, e como eleitores e contribuintes, fiquemos sempre atentos às denúncias e coincidências. Bom fim de semana a todos!
- Na sexta-feira ocorreu a eleição do Consórcio da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal). Prefeita de Estrela, Carine Schwingel (União Brasil) foi eleita 2ª vice-presidente. Já o prefeito de Taquari, André Brito (PDT), passa o bastão de presidente da Granpal para o prefeito de Alvorada, Douglas Martelo (PL), e assume como tesoureiro do Consórcio.

RUÍDOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Executivo recua e projeta debates sobre o sossego público

O governo de Lajeado encaminhou à câmara, na terça-feira, um projeto de lei sobre a emissão de ruídos ou sons excessivos ou incômodos em canteiros de obras e serviços de reforma. Em resumo, uma proposta para regulamentar horários às construtoras e mitigar os eventuais problemas gerados pela potencial perturbação do sossego público. E uma das principais restrições envolvia os períodos noturnos e matinais. O PL desagradou o sempre pujante setor da construção civil, cuja entidade representativa sequer foi convidada a debater previamente o projeto. Pois bem, e passados só dois dias da entrega do PL à câmara, a Secretaria de Meio Ambiente solicitou a retirada/devolução do PL e só agora pretende debater melhor com os setores interessados direta ou indiretamente no tema. Mas, e antes tarde do que mais tarde, é saudável reconhecer o erro e recuar.



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Rede, prevenção e resposta: como romper ciclos de violência

Fórum Pensar Mulher aponta caminhos à região para enfrentar essa chaga social. Discussão regional ocorre em paralelo a novas políticas do governo federal e do Estado para ampliar redes de proteção, monitoramento de agressores e ações de prevenção

Filipe Faleiro
filipe@grupoahora.net.br

Paulo Cardoso
Colaboração

VALE DO TAQUARI

Romper o ciclo da violência contra a mulher vai além da reação, ainda que punir o agressor seja a resposta definitiva depois do crime. Na estratégia de mitigar as ocorrências de agressões domésticas, é preciso criar meios de prevenir, seja com a educação, com campanhas de conscientização, fortalecimento da rede de apoio, acolhimento institucional e resposta rápida do sistema de proteção.

Neste conjunto intrincado de movimentos está a principal conclusão do Fórum Pensar Mulher: Todos contra a Violência, promovido pelo Grupo A Hora em Lajeado, nessa quinta-feira.

Representantes da segurança pública, assistência social, sistema de Justiça, educação e iniciativas comunitárias discutiram caminhos para reduzir a violência doméstica e fortalecer a proteção às vítimas.

O debate regional ocorre no momento em que o tema volta ao centro das políticas públicas no país e no RS. Em fevereiro, o governo federal lançou o Pacto Nacional Brasil contra o Femicídio, iniciativa que reúne Executivo, Legislativo e Judiciário para coordenar ações de prevenção, acelerar medidas protetivas e fortalecer redes de proteção.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram a dimensão do problema. Em 2025, a Justiça nacional julgou 15.453 casos de feminicídio, média de 42 por dia. No mesmo período, foram concedidas 621 mil medidas



No Vale, policiamento afirma que principais ocorrências nos fins de semana são de violência doméstica



protetivas, cerca de 70 por hora. No RS, o governo estadual anunciou em 10 de março o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos das Mulheres, com investimento de R\$ 71 milhões para ampliar redes de acolhimento, treinar

profissionais e reforçar o monitoramento de agressores. Em âmbito regional, as discussões do fórum apontaram que essas iniciativas institucionais só terão impacto real se estiverem conectadas com redes locais capazes de identificar, acolher

e acompanhar as mulheres em situação de violência. Foi nessa dimensão humana do problema que marcou o início do encontro. Com o depoimento de Neusa Nunes. Vítima de violência doméstica durante mais de duas décadas, teve uma vida marcada

Violência invisível

A subcomandante do 22º Batalhão da Brigada Militar, major Carmine Brescovit, apresentou um panorama da violência doméstica na região e destacou que muitos casos continuam invisíveis. “Às vezes, no nosso mundinho perfeito, achamos que isso não existe, que está distante. Mas está aqui do lado”. Segundo ela, a violência doméstica é multifatorial e muitas vezes permanece oculta durante anos. Fatores como dependência financeira, dependência emocional, medo, vergonha e



Às vezes, achamos que isso não existe, que está distante. Mas está aqui do lado. Quando chega a viatura, a vítima diz que não houve nada. Mesmo que a casa esteja toda destruída, ela diz que caiu ou tropeçou.”

CARMINE BRESCOVIT
SUBCOMANDANTE DO 22º BATALHÃO DA BRIGADA MILITAR

por abusos, abandono e agressões desde a adolescência. Ainda jovem, passou por instituições, viveu períodos em situação de rua e permaneceu anos em um relacionamento marcado por violência. O ponto de virada ocorreu quando encontrou apoio na rede de proteção e foi acolhida na Casa de Passagem, estrutura voltada ao atendimento emergencial de mulheres vítimas de violência. A partir desse momento iniciou um processo de reconstrução pessoal. Hoje, Neusa atua como agente de saúde, concluiu formação como técnica em enfermagem e está no último semestre do curso de Serviço Social.





Subcomandante do 22º BPM, major Carmine Brescovit, detalha funcionamento da Patrulha Maria da Penha

pressão familiar dificultam a denúncia. Dados do 22ª BPM indicam que a média de tempo entre o início das agressões e a denúncia pode chegar a cerca de 20 anos.

Outro problema é a subnotificação. Em muitos casos, vizinhos ou familiares escutam brigas e comunicam o policiamento. “Quando chega a viatura, a vítima diz que não houve nada. Mesmo que a casa esteja toda destruída, ela diz que caiu ou

tropeçou.”

O ciclo da violência costuma seguir três etapas, diz a oficial. “Temos a fase de tensão, explosão da agressão, reconciliação. O que chamamos de ‘lua de mel’. Com o tempo, tudo se repete.”

Além da agressão, a Lei Maria da Penha reconhece outras formas de violências: psicológica, moral, patrimonial e sexual. Para a major Carmine, romper esse padrão exige debate social e educação desde a infância.



O objetivo é ensinar crianças e adolescentes a reconhecer sentimentos, refletir antes de agir e construir relações baseadas no respeito e reduzir as possibilidades de violência.”

TÂNIA FRÖHLICH RODRIGUES
COORDENADORA DO PACTO LAJEADO PELA PAZ,



A proposta é criar espaços de escuta e reflexão. Não existe fórmula pronta. Cada pessoa precisa de um acompanhamento construído a partir da sua própria realidade.”

JENNIFER SUGO
ASSISTENTE SOCIAL

Rede de acolhimento no Vale

Entre as estruturas que atuam no atendimento às vítimas estão:

- Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
- Casa de Passagem
- assistência social dos municípios
- Brigada Militar
- Ministério Público
- Poder Judiciário
- serviços de saúde
- conselhos municipais de direitos da mulher

Mudar o comportamento

Integrantes do Pacto Lajeado pela Paz detalham o Projeto Caracol, que reúne agressores para mudar comportamentos e também aqueles que procuram ajuda de forma espontânea.

A assistente social Jennifer Sugo explica que muitos homens evitam procurar a rede de apoio por medo de serem tratados como criminosos. “A proposta é criar espaços de escuta e reflexão. Não existe fórmula pronta. Cada pessoa precisa de um acompanhamento construído a partir da sua própria realidade.”

Os encontros incluem conversas sobre legislação, responsabilidade emocional, resolução de conflitos e construção de relações mais saudáveis.

O facilitador Gelson Esteves relata que muitos homens chegam aos grupos revoltados ou resistentes. “Com o tempo, alguns passam a refletir. Em um dos encontros, a palavra escolhida pelos próprios participantes para definir o aprendizado foi paciência.”

A coordenadora do Pacto Lajeado pela Paz, Tânia Fröhlich Rodrigues, explica que o trabalho desenvolvido na cidade busca atuar antes mesmo da violência acontecer.

Segundo ela, o pacto investe em programas voltados ao fortalecimento das relações familiares e ao desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes.

Entre as iniciativas estão o Família na Roda, voltado à educação parental, e os programas Conte Comigo e SEJA, que trabalham habilidades emocionais nas escolas.

“O objetivo é ensinar crianças e adolescentes a reconhecer sentimentos, refletir antes de agir e construir relações baseadas no respeito.”

O pacto também desenvolve o programa Cada Jovem Conta, que acompanha estudantes e suas famílias para evitar evasão escolar, e o Programa Somar, que busca identificar talentos e potencialidades entre adolescentes.

Segundo Tânia, essas iniciativas ajudam a criar uma cultura de paz dentro da comunidade.

“Quando fortalecemos vínculos familiares, habilidades emocionais e projetos de vida, também reduzimos as possibilidades de violência.”

Tipos de violência

previstos na Lei Maria da Penha

A legislação reconhece diferentes formas de violência contra a mulher.

Física

Agressões, maioria com lesões corporais.

Psicológica

Ameaças, manipulação, humilhação, isolamento ou controle emocional.

Moral

Calúnia, difamação ou insultos.

Patrimonial

Destruição de bens, retenção de documentos ou controle financeiro.

Sexual

Qualquer prática sexual sem consentimento.



Masculinidades

Durante o fórum, a psicóloga e psicanalista Carla Schwarzer abordou outro aspecto importante do problema: a forma como a sociedade constrói as masculinidades. Segundo ela, muitos homens crescem sem aprender a lidar com frustração, rejeição ou perda de controle nas relações afetivas.

Essas fragilidades podem se transformar em comportamentos agressivos quando sente que a autoridade está sendo questionada. Por isso, discutir violência contra a mulher também exige discutir modelos de masculinidade e as expectativas sociais impostas aos homens. “Falar com os homens também é parte da solução.”

FILIPE FALEIRO



Pacto Lajeado pela Paz criou o projeto Caracol, para reunir agressores e tentar mudar comportamentos criminosos

Quando a medida protetiva é concedida

Instrumento judicial que busca interromper o ciclo de violência.

Entre as determinações possíveis estão:

- afastamento imediato do agressor
- proibição de aproximação da vítima
- restrição de contato
- suspensão de porte de armas
- monitoramento por tornozeleira eletrônica

A vítima passa a integrar a rede de proteção formada por:

Polícia Civil
Brigada Militar
sistema de Justiça
assistência social
atendimento psicológico

Casa de Passagem

No painel central, a advogada Juliana Buzzata, integrante do conselho da Casa de Passagem, detalhou como funciona o acolhimento de mulheres em situação de risco.

A instituição é mantida por meio de convênios com municípios da região.

Segundo Juliana, as mulheres chegam fragilizadas, com filhos pequenos e sem qualquer rede de apoio. Enfrentam dependência financeira ou emocional do agressor. Outro desafio é a dificuldade de identificar casos de violência, especialmente em áreas rurais.

“Por isso, profissionais da assistência social, agentes de saúde e equipes da rede básica são fundamentais para identificar sinais precoces.”

A Casa de Passagem se mantém por meio de convênios firmados com 17 municípios do Vale do Taquari. O objetivo

da instituição é chegar a 20 cidades conveniadas, número considerado ideal para garantir a sustentabilidade do serviço.

Com 18 leitos, a casa funciona 24 horas por dia, com despesas permanentes relacionadas à alimentação, medicamentos, manutenção do espaço e atendimento às vítimas.

A entidade conta com uma equipe técnica reduzida e apenas uma funcionária fixa responsável pela manutenção da casa.

“É um trabalho extremamente delicado. Muitas mulheres chegam em estado de choque emocional, às vezes com ferimentos, e precisam de apoio imediato”. Além do acolhimento, a equipe entra em contato com o município de origem da vítima para organizar o acompanhamento social, psicológico e jurídico necessário.



Com 18 leitos, a casa funciona 24 horas por dia

Medidas protetivas

A delegada da Mulher, Márcia Bernini, destacou que a legislação avança no combate à violência de gênero. Hoje existe a tipificação específica de feminicídio, com penas que podem chegar a 40 anos de prisão, podendo aumentar em situações agravantes.

Apesar disso, a delegada afirma que a atuação institucional precisa ser ampliada.

“Não vamos avançar no enfrentamento ao feminicídio se não houver engajamento de toda a sociedade.”

Segundo ela, cerca de 95% dos feminicídios ocorrem em situações em que não havia medida protetiva registrada. “A medida protetiva não serve apenas para afastar o agressor. Ela ativa toda a rede de proteção, com a Polícia Civil, Brigada Militar, o judiciário assistência social e atendimento psicológico.”

Para ela, o uso de ferramentas tecnológicas, em especial o monitoramento por tornozeleira eletrônica, é uma forma mais efe-



A medida protetiva não serve apenas para afastar o agressor. Ela ativa toda a rede de proteção, com a Polícia Civil, Brigada Militar, o judiciário assistência social e atendimento psicológico.”

MÁRCIA BERNINI
DELEGADA DA MULHER

tiva para casos críticos, quando há risco iminente à vida da mulher.

No entanto, o alcance ainda é restrito. “Temos cerca de 700 tornozeleiras em uso em todo o estado.”



Números da violência em 2025

Vale do Taquari

Registros oficiais (SSP/RS)
981 ameaças
487 lesões corporais
5 feminicídios

Rio Grande do Sul

Medidas Protetivas
69.292 pedidos encaminhados ao Judiciário
63.955 solicitadas em Delegacias
5.336 solicitadas via Delegacia Online da Mulher



Painel central detalhou pontos positivos e carências do funcionamento da rede de proteção

Redes municipais de proteção

Santa Clara do Sul foi a cidade do primeiro feminicídio do ano no Vale do Taquari. A morte de Juliane Schuster, 30, assassinada dentro de casa pelo ex-companheiro, mesmo tendo uma medida protetiva em vigor desde novembro.

A procuradora da mulher do município, Carla Barzotto, abordou a experiência de organização da rede de proteção no município. O trabalho começou com reuniões envolvendo diferentes setores, das áreas de saúde, assistência social, educação, segurança pública e Ministério Público.

“A criação da Procuradoria da Mulher e da Ouvidoria permitiu ampliar os canais de atendimento às vítimas. Com a articulação da rede, mulheres passaram a se sentir mais seguras para denunciar”. Com um mês de funcionamento, gerou a prisão de pelo menos



Quando a rede funciona de forma integrada, conseguimos agir mais rápido e oferecer mais segurança para quem precisa de apoio.”

TAMARA SILVEIRA
ADVOGADA

quatro agressores.

A advogada Tamara Silveira, coordenadora da Coordenadoria da Mulher de Lajeado e integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realça que o fortalecimento da rede de prote-

ção no município ocorre a partir da articulação entre diferentes instituições.

Segundo ela, a criação da Coordenadoria surge para integrar os serviços existentes e ampliar a capacidade de resposta diante das situações de violência.

“O objetivo é conectar as estruturas que já existem, com a segurança pública, assistência social, saúde, educação e sistema de Justiça, para que a mulher não precise percorrer vários caminhos até conseguir ajuda.”

Tamara também destaca a importância da prevenção. Entre as iniciativas estão campanhas educativas, ações de conscientização e articulação com escolas e organizações da sociedade civil. “Quando a rede funciona de forma integrada, conseguimos agir mais rápido e oferecer mais segurança para quem precisa de apoio.”



Danielle Harth apresentou ferramentas para superar os traumas e recuperar a motivação para viver

Fortalecimento coletivo

O encerramento do fórum ficou a cargo da professora e especialista em psicologia positiva Danielle Harth, como forma de apresentar ferramentas para reconstrução emocional após experiências traumáticas.

A palestrante destaca que situações de violência deixam marcas profundas, não apenas físicas, mas também psicológicas. “O processo de superação envolve reconstrução da autoestima, fortalecimento de vínculos sociais e desenvolvimento de estratégias emocionais para lidar com experiências adversas.”

Danielle também ressaltou que comunidades com redes sociais fortes tendem a oferecer maior proteção às vítimas. “Quando a sociedade se envolve, cria ambientes mais seguros e acolhedores.”

DESAFIOS NA GESTÃO

Gláucia Schumacher ressalta prioridades do governo e defende transparência

Prefeita de Lajeado detalha planos de melhorias na mobilidade urbana e ações para suportar o crescimento exponencial da população. Quanto às tensões que envolvem a administração, ela afirma que “não tem medo de investigação” e segue aberta ao diálogo

Karine Pinheiro
karine@grupoahora.net.br



PAULO CARDOSO

Prefeita mira em ações para mobilidade e desenvolvimento do município

LAJEADO

O primeiro ano de governo da prefeita Gláucia Schumacher em Lajeado foi marcado por desafios. Em meio a uma investigação para apurar irregularidades em obras públicas até um escândalo relacionado a desvios de recursos públicos em apuração conduzida pela Polícia Federal (PF), fatos ocorridos durante a gestão do ex-prefeito Marcelo Caumo, a chefe do Executivo afirma que preza pela transparência e prioriza o plano para o desenvolvimento da cidade.

“Tivemos um período tumultuado, mas nossa equipe manteve o foco. Seguimos trabalhando para entregar um governo sério e competente para a comunidade, com ações para melhorar Lajeado cada vez mais”, frisa a prefeita. O foco da gestão, segundo ela, é planejar o futuro da cidade e executar melhorias voltadas à mobilidade urbana. A gestora destaca a execução

das propostas prometidos no período de campanha. Os três eixos do governo estão voltados ao planejamento, reconstrução pós-cheias e cuidados com a infraestrutura da cidade. “O principal desafio é manter a qualidade de vida em meio ao crescimento exponencial de Lajeado”, diz.

Entraves na gestão

Lajeado recebeu notoriedade em nível nacional nos últimos meses devido a Operação Lameçal, apuração conduzida pela PF que investiga o desvio de recursos destinados às ações relacionadas às cheias. No entanto, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) coordenada pelo Legislativo, que apontou irregularidades em mais de 40 obras, e os desafios no recolhimento

de lixo geraram desgastes ao governo ao longo de 2025.

Diante do cenário, a prefeita diz que a transparência deve estar acima de tudo. “Tivemos problemas nas obras e que bom que surgiu uma investigação para apontar essas irregularidades. Eu não tenho medo de nenhuma investigação. Falaram em abrir outra CPI e podem abrir quantas acharem necessárias. Se houver problemas, precisamos saber”, enfatiza Gláucia.

Em meio à reta final da CPI, a tensão com integrantes da base do governo no Legislativo também se agrava. Entre os motivos, a insatisfação de quadros do Partido Liberal (PL) quanto às decisões da prefeita. Durante a sessão da câmara nesta semana, vereadores do partido cogitaram o rompimento da coligação formada durante a campanha eleitoral de 2024, formada junto ao PP, Novo e PSDB.

A instabilidade também é gerada pela ocupação de cargos no governo. A prefeita defende

a contratação por habilidades técnicas. “Não estou lá para ajeitar cargo ou atender favores políticos. A pessoa precisa ser qualificada e entregar resultado. Os partidos apresentam nomes. Se estiver adequado ao projeto de governo, a pessoa pode trabalhar”, afirma.

A prefeita ressalta que a postura não muda mesmo quando irregularidades envolvem integrantes do grupo político. Ela afirma que problemas identificados resultam em afastamentos. “Eu tenho que fazer o que é certo. Se for identificado que alguém, mesmo sendo do meu partido, não agiu corretamente, isso não vai continuar”, frisa.

Melhorias em andamento

A prefeita afirma que a atual administração apresenta diferenças em relação ao modelo adotado no governo anterior. Entre as mudanças, destaca maior proximidade com servidores e reuniões frequentes com secretários. “Tenho outra visão de administração. Há reuniões de trabalho e alinhamento para discutir os problemas do município”, reforça.

Como resulta, ela aponta a superação dos problemas relacionados à coleta de lixo. O município passa por período de adaptação após o início das operações da nova empresa, em janeiro de 2026. A gestão também prepara campanhas de coleta seletiva e distribuição de sacos específicos para separação de resíduos.

A prefeitura também analisa o contrato com a Corsan para os serviços de água e esgoto. O debate ocorre há cerca de um ano com entidades e associações do município. Um estudo técnico apontou a renovação do contrato como alternativa mais viável. A análise ocorre em conjunto



Eu não tenho medo de nenhuma investigação. Falaram em abrir outra CPI e podem abrir quantas acharem necessárias.”

GLÁUCIA SCHUMACHER,
PREFEITA DE LAJEADO

com o Ministério Público.

Mobilidade e planejamento

Foco da gestão, o planejamento urbano concentra as ações previstas pelo governo. O objetivo é estruturar o crescimento da cidade e manter condições de mobilidade. Entre as medidas em estudo estão abertura e ampliação de vias e construção de viadutos. A prefeita afirma que o plano envolve etapas de longo prazo.

“Esse planejamento não será executado em três anos. Estamos estruturando projetos para orientar o futuro da cidade”, afirma. Além disso, segundo ela, o governo intensifica ações junto aos bairros, como construções de escolas.

CONEÃO
REGIONAL

De segunda
a sexta, das
15h às 17h

RÁDIO 102.9
A HORA

APRESENTAÇÃO

Rodrigo Martini Henrique Pedersini

Patrocínio



VEM AÍ...

4º CONCURSO ESTUDANTIL EDUCAME

INSCRIÇÕES A PARTIR DE 15/04

Prepare-se para participar,
criar e transformar ideias em ação!
Em breve, mais informações.

NÃO FIQUE DE FORA!

PATROCÍNIO



DESTINO INCERTO

Leilão da antiga sede dos Correios termina sem interessados



GABRIEL SANTOS

Quarto certame não teve ofertas, mesmo com a redução no valor do lance até R\$ 1,2 milhão. Imóvel está fechado desde 1996

Mateus Souza
mateus@grupoahora.net.br

LAJEADO

Nenhum interessado. Pela quarta vez, o antigo prédio dos Correios, localizado na área central da cidade, foi a leilão. E o desfecho foi o mesmo das tentativas anteriores. O certame,

ocorrido na tarde dessa quinta-feira, 12, não teve ofertas, apesar da redução no valor, cujo lance inicial era de R\$ 1,5 milhão. As demais ofertas, de R\$ 1,4 milhão e R\$ 1,2 milhão, também não alteraram o cenário e o certame ficou deserto. Em nota, a estatal afirma que “os imóveis que não receberam propostas nesta etapa serão novamente disponi-

bilizados nos próximos leilões, em continuidade à estratégia de racionalização e otimização do patrimônio da empresa”. Conforme apurado pela reportagem, há novos leilões agendados pela companhia nos dias 2 e 9 de abril, mas não há confirmação de que o imóvel construído na década de 1950 será novamente incluído no certame. A iniciativa integra um plano

Prédio está abandonado há três décadas e é alvo frequente de vandalismo

nacional de reestruturação dos Correios, que buscam arrecadar até R\$ 1,5 bilhão com a venda de imóveis ociosos em todo o país, entre eles o de Lajeado. O prédio, em avançado estado de deterioração, está localizado na esquina das ruas Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos, em frente a praça Marechal Deodoro e próximo a pontos importantes da cidade, como o Colégio Castelhinho e a Igreja Matriz.

Destino incerto

Enquanto os leilões não atraem

interessados, o antigo prédio dos Correios segue sem destinação definida. A estrutura conta com três pavimentos e uma área total de 726 metros quadrados, mas está fechado desde 1996, quando a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) considerou que o espaço não atendia mais às necessidades operacionais. Nessas três décadas, o imóvel antigo se tornou alvo frequente de vandalismo e virou abrigo para moradores de rua. Desde então, ocorreram tentativas de municipalização, sem sucesso. A mais recente, em 2024, teve reuniões um mês antes da enchente de maio de 2024, que deixou a edificação praticamente submersa. A estatal se mudou para o Genes Work & Shop, também no Centro, onde permaneceu até 2024. Hoje, o atendimento é feito no bairro Florestal, junto ao Centro de Distribuição. Há, ainda, unidades no São Cristóvão e em Conventos – esta inaugurada no ano passado.



MUNICÍPIO DE CAPITÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Município de Capitão, em conformidade com a Lei Federal 9.452/97, art. 2º, está informando à comunidade, aos Partidos Políticos, aos Sindicatos de Trabalhadores e as entidades Empresariais, Sociais, e de Classe, com sede no Município de Capitão, a liberação por parte do Governo Federal dos seguintes recursos, contabilizados no mês de Fevereiro/2026:

RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	
Programa PACS	R\$ 19.452,00
Incentivo Financeiro da APS – Equipes ESF e EAP	R\$ 32.000,00
Incentivo Financeiro Compensatório de Transição	R\$ 3.431,00
Próteses Dentárias	R\$ 11.250,00
Incentivo Equipes Saúde Bucal	R\$ 6.000,00
Manutenção Polos Academia de Saúde	R\$ 3.000,00
Farmácia Básica	R\$ 2.068,80
Vigilância em Saúde	R\$ 1.612,31
RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
Salário Educação	R\$ 24.955,58
Merenda Escolar - PNAE	R\$ 13.621,75
RECURSOS MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME	
Recurso BL PSB FNAS	R\$ 9.201,58
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	
C.P. Comp. Financ. Recursos Minerais - CFEM	R\$ 1.815,87
Lei Kandir	R\$ 5.390,57
C.P. Fundo Especial do Petróleo - FEP	R\$ 25.547,99
Política Nacional Aldir Blanc Lei nº 14.399/2022	R\$ 40.347,25

Capitão, 12 de Março de 2026.

MARCIO ANDRÉ DA COSTA Prefeito Municipal	RAQUELI S. MORSCHHEISER Tesoureira	DANIELA DIETRICH Contadora CRC/RS 74.689
---	---------------------------------------	--

Buffet, Saladas e frutas

Sushi, Peixes e molhos

Churrasco, Carnes e grelhados

Doces e Sobremesas

51 **2223-0013**

Rodovia BR-386, 2839 – Junto ao Shopping Lajeado/RS

restaurante.planetaterra



Buffet completo, sabor irresistível e qualidade em cada detalhe. Experimente e entenda por que somos referência na região.

Sábado é dia de peixes e sushi!



HENRIQUE PEDERSINI

Jornalista



ROGÉRIO WINK

Empreendedor e comunicador, apresentador do programa "O Meu Negócio", da Rádio A Hora 102.9

ARTIGO

Pendências partidárias de Lajeado



Desde gestão das vaidades internas até incertezas sobre o futuro de algumas siglas. Os partidos de Lajeado no atual tabuleiro político mantêm indefinições internas de diferentes níveis. Algumas são de simples resolução, porém outras tem causado “bate-cabeça” e movimentos desordenados.

- O Progressistas detém a chave do Executivo com Gláucia Schumacher e a maior bancada da câmara, com cinco vereadores. O desafio é amenizar os bastidores no processo de afastamento de nomes impactados pela CPI da obras feitas pela PDS e a Operação Lameçal. Junto com o Novo, do vice Guilherme Cé, claro.

Rapidinho...

- O estado anunciou investimentos para reconstrução da Escola de Ensino Básico Padre Fernando, em Roca Sales. Porém, a Escola Antônio de Conto de Encantado segue sem definição sobre local e se receberá um novo espaço no bairro Jacarezinho. A tendência é de um projeto parecido. Mas está

- Na base de governo, por enquanto, o Partido Liberal (PL) tem uma missão importante a curto prazo: definir quem é seu presidente. A partir disso, alinhar a relação com o governo e, se não for o caso, desembarcar do grupo de situação, inclusive com os cargos públicos.

- O PSDB tem um dilema. Está claro que muitos correligionários estão de malas prontas para migrar ao PSD. O caminho é o mesmo feito pelo governador Eduardo Leite. Um evento de filiação do PSD contou com a participação de vários tucanos da cidade. Qual será o futuro da sigla?

- O Podemos está na ativa na câmara como oposição ao governo. A única vaga é ocupada

demorando e muito.

- **Felipe Diehl (Democrata), vereador de Estrela, insiste em exame toxicológico inclusive para vereadores. São frequentes os indicativos dele sobre o consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias. No mínimo, curioso.**

por Antônio Oliveira. Este, com risco de perder o mandato em um processo que tramita na justiça sobre candidatura irregular que implicaria em um descumprimento da cota de gênero.

- O MDB tem pendências também. De olho na próxima eleição municipal, a demanda é entregar uma votação expressiva de Carlos Ranzi na disputa a deputado federal deste ano. Mesmo se não for eleito para o congresso, o objetivo é pelo menos repetir o desempenho da eleição de 2024.

- Último partido a desbancar o PP no governo municipal, o PT enfrenta a desconfiança do eleitorado local e terá que se mobilizar para aumentar sua representatividade em Lajeado.

- Em Lajeado, temas como a criação da guarda municipal armada, o futuro da antiga sede do Daer e a concessão de espaços como o Parque Histórico estão parados. Aliás, sem novidades também os trâmites sobre a reforma no Parque do Imigrante.

Impacto real

Brasil volta a discutir mudanças na jornada de trabalho, especialmente no modelo 6x1. O tema é legítimo. Todos desejam mais qualidade de vida, mais tempo em equilíbrio entre trabalho e bem-estar. Isso é avanço. Mas, exatamente por ser um assunto sério, ele não pode ser tratado com simplificações ou embalado como promessa de campanha.

A escala 6x1 não surgiu por acaso. Ela organiza setores que não podem parar: comércio, logística, alimentação, transporte, saúde, serviços e indústrias que operam em turnos. O país funciona aos sábados, domingos e feriados. A economia real não desliga. Alterar essa estrutura de forma uniforme, sem considerar as especificidades de cada setor, pode gerar aumento de custos, impacto direto no emprego formal — especialmente nas atividades mais intensivas em mão de obra.

O debate ganha ainda mais relevância quando olhamos para o contexto brasileiro. Nossa indústria já convive com carga tributária elevada, burocracia complexa, infraestrutura deficiente e alto custo de capital. Além disso, o Brasil apresenta baixa produtividade quando comparado a economias desenvolvidas e mesmo a países emergentes que competem diretamente conosco.

É importante deixar claro: produtividade não é só esforço individual do trabalhador. Trata-se de um ambiente que envolve tecnologia, qualificação, gestão, inovação e eficiência de processos. Quando esses fatores não evoluem na mesma velocidade, reduzir jornada sem ganho de eficiência pode significar aumento de custo por unidade produzida — e perda de competitividade.

Vivemos em um mercado global. Empresas brasileiras disputam espaço com organizações que operam com maior eficiência e estruturas mais enxutas. Decisões internas têm impacto direto na capacidade de competir. Se o custo sobe e a produtividade não acompanha, o resultado tende a ser retração de investimentos e redução de vagas formais.

Isso não significa que o modelo atual seja imutável. O mundo discute novos formatos de trabalho. Há experiências de flexibilização, escalas alternativas e reorganização de turnos. Mas essas mudanças costumam ocorrer acompanhadas de ganho de produtividade e negociação setorial responsável. Não existe solução única para realidades distintas.

O risco está em transformar um tema técnico em bandeira eleitoral. Quando debates estruturais entram no campo da polarização, perde-se profundidade. O país precisa discutir jornada junto com educação técnica, modernização industrial, simplificação tributária, digitalização, impactos de IA e qualificação profissional.

Países que conseguiram reduzir jornadas o fizeram após elevar significativamente sua eficiência econômica. Produz mais valor por hora trabalhada. Em seguida redistribui o tempo. Inverter essa lógica pode gerar efeitos indesejados com impacto real.

O Brasil precisa crescer mais com ganhos de produtividade. Nem imobilismo, nem improviso. Mudanças estruturais exigem estudo, diálogo, negociação e visão de longo prazo. Porque, no fim, o objetivo deve ser gerar mais oportunidades.



Se o custo sobe e a produtividade não acompanha, o resultado tende a ser retração de investimentos."